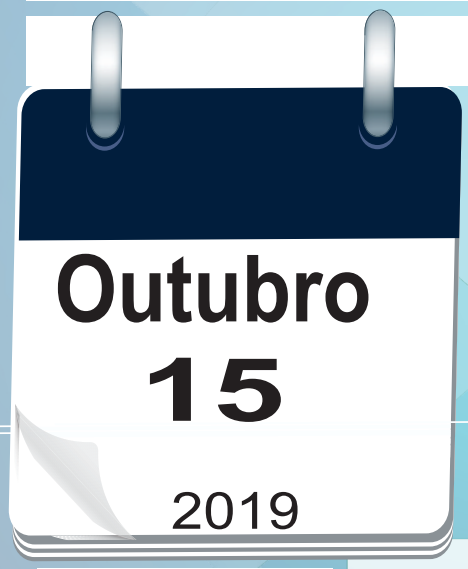
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (15/10)

Goiânia define metas para renovar com Saneago

CONTRATO Prefeito Iris Rezende (MDB) deve decidir até dezembro sobre continuidade da prestação de serviços de tratamento de água e esgoto na capital pela companhia estatal

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

O novo contrato entre Prefeitura de Goiânia e a Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago) para prestação dos serviços de tratamento de água e esgoto na capital está pronto e a decisão sobre a assinatura ou não deve ser tomada pelo prefeito Iris Rezende (MDB) até dezembro. De acordo com a Agência de Regulação de Goiânia (ARG), o documento prevê a regulamentação dos serviços e define um plano de metas e investimentos que a Prefeitura exige que sejam realizados na cidade.

O contrato entre o município e a estatal tem vigência até 2023, mas o serviço tem sido alvo de críticas frequentes de Iris. Em entrevista ao POPULAR em agosto, o prefeito disse que a continuidade ou não do contrato seria um assunto tratado diretamente com o governador Ronaldo Caiado (DEM). O prefeito ainda afirmou que a capital sustenta a Saneago e questionou quais benefícios a população recebe, afirmando que a estatal "tem tirado de Goiânia para atender outras questões".

A legislação permite que contratos de concessão como os firmados entre Saneago e as prefeituras sejam rescindidos caso a empresa não cumpra com as atribuições determinadas no documento.

De acordo com a Saneago, dos 246 municípios goianos, 226 são atendidos pela empresa. Ao todo, 73 prefeituras estão com contratos de tratamento de água e esgoto vencidos. Em nota, a estatal disse que todas as concessões vencidas estão em processo para renovação, mas a lista de municípios que se encontram nesta situação não foi informada.

"O maior problema encontrado para a renovação de contratos é a dificuldade dos municípios em elaborar ou finalizar o Plano Municipal de Saneamento, instrumento obrigatório por lei para a assinatura do contrato", diz o texto da estatal.

Na semana passada, uma decisão liminar determinou que a Prefeitura de Quirinópolis devolvesse o serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto para a Saneago. Na quarta-feira anterior o prefeito Gilmar Alves (MDB) havia tomado as instalações da estatal no município, com ajuda da Guarda Municipal, como consequência de um decreto de lei municipal que devolveu a concessão de água ao município.

Saneago e Prefeitura de Quirinópolis disputam a prestação do serviço desde 2016, quando o tempo do contrato expirou. Porém, na decisão, o juiz Vitor França Dias Oliveira afirmou que a rescisão pode ser concretizada depois do julgamento definitivo dos recursos do processo.

Diomício Gomes



Iris Rezende tem feito críticas a serviços da Saneago; investimentos estão entre exigências em novo contrato

> *"O maior problema encontrado para a renovação de contratos é a dificuldade dos municípios em elaborar ou finalizar o Plano Municipal de Saneamento"*
>
> **Saneago, em nota**

ESTUDO

Na tentativa de pressionar os Estados para a privatização das estatais responsáveis pelo tratamento de água e esgoto, o Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura, realizou um levantamento que mostra os eventuais ganhos para os cofres públicos com a venda destas empresas. O estudo foi divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. O governo federal espera que a aprovação de um novo marco legal para o setor de saneamento, discutido no Congresso Nacional, permita a concessão completa de estatais do setor, o que é proibido pela legislação atual.

Segundo o Estudo, a Saneago poderia render ao Estado de Goiás R$ 6,1 bilhões se fosse privatizada. Entretanto, se o Estado vendesse 49% do patrimônio da empresa, mantendo o controle da estatal, conforme prevê a legislação atual, o valor estimado é de R$ 1,3 bilhão. Tramita na Assembleia Legislativa do Estado projeto de lei do governo que vista regulamentar a venda de 49% das ações da estatal goiana.

O diretor executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), Percy Soares Neto, afirma que as empresas defendem a abertura da participação privada no setor de saneamento, mas defendem outras alternativas além da concessão, com subconcessões e Parcerias Público-Privadas (PPP). "Nossa posição institucional é que seja apresentado um leque de opções para o prefeito decidir qual a melhor proposta para o seu município. A privatização é boa e importante e deve ser considerada, mas não é a única", afirma o diretor.

Assembleia discute venda de ações

O projeto de lei que regulamenta a venda de 49% das ações da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago) por meio de oferta pública inicial pode receber pedido de vista por deputados da oposição hoje na Assembleia Legislativa. O líder do Governo, Bruno Peixto (MDB), disse que pediu ao relator da matéria na Comissão Mista, Álvaro Guimarães (DEM), que entregue o projeto hoje.

Entretanto, como mostrou o POPULAR, deputados da oposição querem tramitação mais lenta do texto, com audiências públicas para discutir o tema. A matéria foi encaminhada pelo governo estadual à Assembleia no dia 1º de outubro e recebido na Comissão Mista no dia 9.

Presidente da Comissão de Serviços e Obras Públicas, Antônio Gomide (PT) convidou o presidente da estatal, Ricardo Soavinski, para explicar a proposta em reunião nesta quinta-feira. "Falta debate e o projeto já está tramitando sem nenhum tipo de informação. Nós queremos que o dinheiro da abertura de capital seja revertido para melhoria do serviço", disse o deputado.

> *"O governador Ronaldo Caiado deixou muito claro que o controle acionário será mantido"*
>
> **Bruno Peixoto (MDB), líder do Governo**

Bruno diz que, apesar de "ainda não constar" no texto, os valores arrecadados com a venda de ações serão investidos na própria empresa. "O controle acionário da empresa permanece com o Estado. Não estamos falando de privatização em momento algum. O objetivo é a expansão da empresa. O governador Ronaldo Caiado deixou muito claro que o controle acionário será mantido. A abertura de capital se faz necessária para que haja investimentos em saneamento."

O POPULAR (15/10)

Estado consegue receber ICMS adicional de mais distribuidoras

TRIBUTO Com as suspensões de mais 21 liminares, as empresas envolvidas deverão continuar recolhendo o ICMS de 2% sobre a venda de combustíveis, que é destinado ao Protege

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) conseguiu suspender mais 21 ações com liminares que permitiam que as distribuidoras de combustíveis deixassem de recolher o adicional de 2% de ICMS destinado ao Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege). O Supremo Tribunal Federal (STF), que em agosto já havia suspendido os efeitos de uma decisão da Justiça de Goiás, agora estendeu esta suspensão para outras 13 ações que também já tinham limares favoráveis. Ao mesmo tempo, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) estendeu os efeitos da suspensão de uma outra liminar para mais oito ações.

> *"Até o trânsito em julgado, as empresas terão que continuar recolhendo o adicional de ICMS aos cofres públicos"*
>
> **Ana Cláudia Pimentel, procuradora do Estado de Goiás**

Os procuradores do Estado Ana Cláudia Pimentel, Melissa Teles Peliz e Ronald Bicca ingressaram com os pedidos perante o Supremo e o TJGO. Ana Cláudia Pimentel informa que essas novas decisões favoráveis ao Estado representarão um ingresso de mais R$ 12 milhões mensais aos cofres públicos de Goiás.

Vale lembrar que a primeira decisão do STF, que suspendeu os efeitos de uma liminar que beneficiava empresas filiadas ao Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), já havia restabelecido o recebimento de cerca de R$ 22 milhões mensais.

Na ocasião, o governo de Goiás alegou ao Supremo que a decisão da Justiça goiana, que beneficiava o Sindicom, suspendendo a alíquota adicional de 2%, representava uma grave lesão à economia estadual, pois a projeção de recolhimento do valor relativo ao Protege representa R$ 406,1 milhões em 12 meses. No TJGO também já existia uma decisão de primeiro grau que estava sendo cumprida, de suspensão de execução de sentença, contra a Associação Comercial e Industrial de Aparecida de Goiânia.

12

milhões de reais é a estimativa de recursos que voltam a ingressar mensalmente nos cofres públicos com a suspensão destas liminares

RECEITA

A PGE então solicitou ao presidente do Tribunal, Walter Carlos Lemes, a extensão de seus efeitos para outras oito ações que já tinham liminares contra a cobrança do adicional de ICMS. No pedido feito à Justiça goiana, a PGE argumentou que o ICMS incidente sobre a energia elétrica e os combustíveis é uma das principais fontes de receita do Estado e ressaltou a importância da extensão dos efeitos da decisão liminar às demais ações.

Em sua decisão, o presidente do TJGO lembrou que as liminares cujo objetivo seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

Com isso, a procuradora Ana Cláudia Pimentel explica que os efeitos das decisões estarão suspensos até o trânsito em julgado dos processos. "Até lá, as empresas terão que continuar recolhendo o adicional de 2% de ICMS, o que será um bom volume ingresso nos cofres públicos", destaca a procuradora. Segundo ela, as empresas que recorreram à Justiça em busca de liminares que suspendessem a cobrança alegam a inconstitucionalidade do decreto do Protege. "Porém, já existe uma decisão do STF reconhecendo a constitucionalidade dele", afirma.

Protege tem diversas fontes

O Protege busca garantir mais recursos para a execução dos programas sociais do Estado. Entre suas fontes de receita, estão a participação de 5% sobre os Benefícios Fiscais (exceto os programas de natureza financeira Fomentar e Produzir), do adicional de 2% de ICMS sobre produtos supérfluos e de 1% sobre a liquidação antecipada do Crédito Especial de Investimento.

De acordo com a Secretaria de Economia, entre as vantagens do programa, estão a desoneração do Estado, a recuperação de parte da renúncia dos benefícios fiscais e o maior controle dos gastos sociais. Os municípios também ganham com um maior investimento do Estado em programas sociais que atendem seus cidadãos e no aumento da circulação financeira.

O HOJE (15/10)

GESTÃO

Ronaldo Caiado retoma agenda de trabalho hoje

Dayrel Godinho

Voltando a ter agenda institucional hoje (14) após ser internado e transferido para o Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), deve apresentar um projeto de reforma da Previdência a nível estadual. Ele, inclusive, deve encontrar o secretário da Casa Civil, Anderson Máximo, hoje para deliberar sobre este assunto.

O líder do governo na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Bruno Peixoto (MDB) comemorou o retorno do governador mas afirma que o projeto ainda está em fase de análise pela Goiás Previdência. "Ele retorna aos trabalhos amanhã com a disposição de sempre, mas ainda não há uma definição completa. Estamos aguardando a análise (para enviar um projeto à Alego)".

O governador afirmou na última segunda-feira (7) e reiterou na última terça-feira (8) que pretendia enviar uma reforma a nível estadual, que tinha a previsão de ser enviada para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), até a próxima semana. O intuito do governador é enviar um projeto para a Casa entre os dias 17 e 24 de outubro.

"Não temos caixa para este suporte (de aposentados e pensionistas)". Caiado afirma que não há como ele manter o Estado com a quantidade de inativos que existe hoje e, inclusive, há um número maior de servidores inativos do que ativos no Estado. O número de inativos ultrapassou a quantidade de ativos neste ano. São cerca de 66 mil inativos, frente à 63 mil ativos, e o déficit, segundo o governador, é de R$ 3 bilhões.



Principal foco do governador deve ser a aprovação da reforma da Previdência estadual

Esta decisão de enviar um projeto para o governo estadual foi tomada há muito tempo e a matéria já está sendo trabalhada há vários meses junto com o economista e professor Paulo Tafner e toda assessoria do Governo de Goiás. Mas antes a previsão de que seja apresentado ao Estado, antes de pautar todo o Estado. "Conversarei com os deputados estaduais e com os servidores" antes de apresentar o projeto.

"Como governador, estou sentindo que a evolução de uma Proposta de Emendas Constitucional (PEC) Paralela é pequena e, ao aguardarmos, perderíamos o ano todo. Além disso, ano que vem é ano eleitoral e essa discussão vai causar certo anseio, já que a situação é grave. O desequilíbrio nas contas do Estado na área da Previdência é altíssimo", argumentou o governador.

Governador deve se reunir com secretário da Casa Civil para discutir tramitação da reforma da Previdência

Internação

O governador que recebeu alta no último domingo (13) e esteve na casa de uma das suas filhas esteve internado no Hospital Sírio Libanês durante cinco dias, após sentir uma forte dor no peito, e ter buscado ajuda no Hospital do Coração, a família do governador resolveu encaminhá-lo para o hospital da capital paulista, onde o governador é acompanhado pela Dra. Luhdmila Hajjarhá muitos anos.

Em São Paulo o governador passou por uma avaliação médica, onde não foram detectados nenhum tipo de problema médico. O governador chegou a ser internado na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), mas saiu da condição e ficou internado nos apartamentos do hospital durante quatro dias. Ele r recebeu altar após atestaram o restabelecimento completo da saúde do governador, que ficará na casa das filhas, em São Paulo.

Caiado foi internado após sofrer dores no peito e ser internado na capital e diferente do que foi publicado no dia, o governador não teve um infarto cardíaco. Desde então, o governador movimentou o meio político tanto a nível estadual, quanto a nível nacional, que fez com que vários políticos o desejasse melhoras. **(Especial para O Hoje)**

Nos primeiros 9 meses

Comparativo mostra que governo Caiado reduziu mais de R$ 12 milhões em pagamento de diárias

14/10/2019 10:18 ··· Por Lívia Barbosa ···

Atual gestão defende princípio da racionalidade para a concessão de pagamento de diárias



Foto: Hegon Correa

As medidas de austeridade adotadas pela gestão Ronaldo Caiado (DEM) já apresentam resultados positivos. É o caso do decreto 9.376, que determinou uma série de medidas para redução de gastos, restringindo, entre outros, a concessão de diárias. Com a iniciativa, de janeiro a setembro de 2019, o Governo de Goiás destinou R$ 8.881.464,27 para efetuação de pagamento de diárias, no mesmo período do ano de 2018, os recursos aplicados para a mesma modalidade alcançaram R$ 20.981.196,61.

Se comparado os dois cenários, a atual gestão viabilizou uma economia superior a R$ 12 milhões nos primeiros nove meses.

Além da redução da concessão de diárias, outras ações para a racionalização das despesas vem sendo tomdas. Só a Reforma Administrativa do Executivo, aprovada no primeiro semestre, resultou em contenção de gastos e maior eficiência das estruturas organizacionais, reduzindo o custo operacional da máquina pública em 20%.

Segundo o governo, a atual gestão utiliza o princípio da racionalidade para a concessão de pagamento de diárias, avalizando apenas os deslocamentos essenciais para realização de ações necessárias para o funcionamento da máquina pública, atos de representação, e para a prestação de serviços aos cidadãos.